

03 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

O sorriso de Têmis

Escolhido novo relator da Lava Jato em rito heterodoxo, Fachin tem mostrado isenção em meio ao escândalo que abala os principais partidos

A escolha de Luiz Edson Fachin para a relatoria dos processos relativos à Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal traz consigo a expectativa de que se mantenham os padrões de rigor e isenção que vinham caracterizando a atividade do seu antecessor, Teori Zavascki, morto tragicamente no começo deste ano.

Realizada por sorteio eletrônico —após tortuosa e nada consensual discussão sobre os procedimentos regimentais adequados ao caso—, a substituição bem ou mal parece aplacar as inquietações mais insistentes da opinião pública.

Estas incidiam sobre os nomes de outros possíveis indicados para a função, seja por sua presumida simpatia pelo lulismo, seja pela veemência com que têm enunciado publicamente opiniões no sentido oposto.

O critério para a escolha do relator suscitou dúvidas inevitáveis. Caberia esperar pela indicação de novo integrante da Corte pelo presidente da República? Como evitar, nessa hipótese, desconfianças gerais quanto à isenção de um magistrado a quem cumpre decidir pelo destino do processo?

Por decisão heterodoxa da presidente do STF, Cármen Lúcia, buscou-se um nome dentre os que já

compunham a turma encarregada de julgar o caso, para a qual Fachin transferiu-se na mesma manhã do sorteio —que os antigos gregos, sem dúvida, diriam ter contado com o sorriso cúmplice de Têmis, a visionária deusa da Justiça.

A discrição habitual do escolhido reafirma a importância de que magistrados restrinjam os seus pronunciamentos ao perímetro das solicitações processuais, norma que Teori, mas nem todos os seus colegas, costumava seguir.

Será difícil exagerar o alcance político e o potencial explosivo associado à relatoria agora assumida por Fachin, tanto mais depois da recente homologação das delações premiadas dos executivos da construtora Odebrecht.

Ainda nesta quinta-feira (2), esta **Folha** noticiou que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) foi acusado por um dos executivos da empresa Odebrecht de envolvimento em fraude na licitação das obras de sua Cidade Administrativa.

Trata-se de depoimento, não de prova, mas nem por isso o impacto de episódios do gênero sobre o mundo partidário deixa de ser devastador. Tendo de início vitimado nomes do PT e do PMDB, a Lava Jato aproxima-se de líderes tucanos e de outras legendas, cujos contratos com empreiteiras no plano estadual clamam por detido exame.

O combate à corrupção prossegue, portanto, em frentes novas e antigas —e ao ministro Fachin cumpre levá-lo adiante com celeridade e sem preferências ideológicas.

FOLHA DE S. PAULO 03 FEV 2017



o ministro Edson Fachin, escolhido nesta quinta relator da Lava Jato,
chega para participar de sessão do Supremo

Novo relator vai priorizar casos urgentes de réus presos

Fachin foi escolhido por sorteio para assumir
o comando da Lava Jato no STF

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

03 FEV 2017

Ele herda cerca de 40 inquéritos do caso e ao menos 10 denúncias oferecidas pela Procuradoria

LETÍCIA CASADO
CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

Novo relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Edson Fachin deve dar prioridade a pedidos urgentes relacionados a réus presos como, por exemplo, uma reclamação, em segredo de Justiça, feita pela defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), detido em Curitiba.

Em paralelo, Fachin deve dar prioridade a petições, também urgentes, da Procuradoria-Geral da República, como busca e apreensão e tomada de depoimentos de testemunhas.

A expectativa é que, em breve, a Procuradoria faça uma série de pedidos decorrentes da delação de 77 executivos da Odebrecht. Caberá a Fachin autorizá-las.

As delações foram homologadas na segunda-feira (30) pela presidente do tribunal, Carmén Lúcia, mas permanecem em sigilo.

Ao assumir a função de Teori Zavaski, morto em acidente aéreo no dia 19, Fachin herda cerca de 40 inquéritos da Lava Jato e ao menos dez denúncias oferecidas pela procuradoria e ainda não analisadas.

Sorteado nesta quinta (2) pelo Supremo para assumir a relatoria, Fachin é considerado um ministro rápido em decisões. Especialista em direito civil, levou para seu gabinete Ricardo Rachid, juiz federal do Paraná e de renome na área penal.

Rachid atuava na 2ª Varal Federal Criminal de Foz do Iguaçu, julgando casos relacionados principalmente ao crime nas fronteiras. Ele já tem inclusive familiaridade com a Lava Jato. Atuou como plantonista no lugar do juiz Sérgio Moro, que conduz a investigação em Curitiba, na 1ª instância, durante o recesso de 2015 do Judiciário.

Foi Rachid quem determinou a prisão do ex-diretor de Internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Minutos após o sorteio, o ministro se reuniu com os juizes que trabalhavam com Teori Zavaski. Ele conversou, inclusive, com Marcio Schiefler, braço-direito de Teori que pediu o desligamento do STF nesta semana.

Em nota, Fachin disse que “reconhece a importância dos novos encargos e reitera seu compromisso de cumprir seu dever com prudência, celeridade, responsabilidade e transparência”.

TÉCNICO

Recentemente, o ministro abriu o caminho para a mudança na jurisprudência do STF a favor da prisão em segunda instância. Seu voto divergiu do relator, Marco Aurélio Mello, e foi considerado “duro” por advogados que atuam na Lava Jato. No entendimento deles, esse pode ser um sinal da postura que ele deve ter como relator.

Investigadores e advogados de delatores que atuam na Lava Jato consideraram positivo o fato de a relatoria cair com Fachin na aposta de que a operação poderia ser mais politizada se caísse nas mãos de outro ministro. Fachin é visto como um ministro técnico e discreto.

Participaram do sorteio, além de Fachin, os quatro ministros que compõem a Segunda Turma: Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

“Foi uma excelente escolha”, afirmou Lewandowski, acrescentando em seguida: “Uma escolha do destino”.

O presidente Michel Temer, cujo nome e de aliados são citados na investigação, avaliou que a escolha de Fachin como novo relator traz menos problemas ao governo.

O receio da equipe do presidente era de que os processos ficassem a cargo de um ministro avaliado como “menos maleável” e “mais imprevisível”, como Lewandowski ou Celso de Mello.

O Palácio do Planalto também considerava que a eventual escolha de Gilmar Mendes ou Dias Toffoli poderia causar dor de cabeça ao governo no médio prazo.

COLABOROU GUSTAVO URIBE, de Brasília

CONTINUA

O NOVO RELATOR DA LAVA JATO NO STF

Ministro Edson Fachin assume funções que eram de Teori Zavascki

O PLENÁRIO E AS TURMAS DO STF

O STF julga processos que envolvem pessoas com prerrogativa de foro na esfera federal, como senadores, deputados federais e ministros, além do presidente da República

	1ª Turma	2ª Turma
Presidente do tribunal	Luís Roberto Barroso	Gilmar Mendes
Cármem Lúcia	Marco Aurélio Mello	Celso de Mello
	Luiz Fux	Ricardo Lewandowski
	Rosa Weber	José Antônio Dias Toffoli
	Posto vago de Fachin	Edson Fachin

Julgam presidentes da República, do Senado e da Câmara no plenário

Os outros são julgados apenas pela 2ª Turma

Edson Fachin, o relator

Fachin trabalha com dois juízes nos processos

Teori tinha três por causa da Lava Jato

O que faz o relator da Lava Jato

Decide sobre os pedidos que chegam da PGR:

- > Abrir ou arquivar inquérito
- > Autorizar diligência (por exemplo, depoimento de testemunha ou mandado de busca e apreensão)
- > Determina prisão

Ao votar em julgamento:

- > Diz se aceita ou não uma denúncia
- > Decide se o réu é culpado

O voto do relator

Pode ou não ser seguido pelos outros ministros

- > O relator pode entender que uma pessoa é culpada, mas os colegas (de Turma ou plenário) entenderem que ela é inocente. Neste caso, a pessoa é absolvida
- > No caso de ação penal, as decisões do relator passam por um revisor

O gabinete de Fachin

Ainda não há informações sobre os destinos de dois juízes de Teori, se serão ou não realocados para trabalhar com Fachin exclusivamente na Lava Jato. Outro juiz já pediu o desligamento do STF

Sorteio durou 3 minutos, diz tribunal

DE BRASÍLIA

O sorteio que escolheu Edson Fachin para relatar a Lava Jato durou três minutos e contou com a participação de três pessoas, além da presidente Carmén Lúcia, que acompanhou o processo, segundo a assessoria do STF.

A corte diz que esse tipo de procedimento é aleatório, feito por sistema eletrônico que utiliza um algoritmo.

O sorteio sobre a Lava Jato utilizou como base o inquérito de número 4112, que tem o senador e o ex-presidente Fernando Collor (PTC-AL) como investigado. O STF não explicou por qual motivo escolheu esse inquérito, que não é o primeiro relacionado à investigação da Lava Jato a tramitar no tribunal.

Segundo o STF, o número de processos distribuídos para cada gabinete, considerando a série histórica que começou em 2001, pode influenciar; quem foi sorteado mais vezes tem menos chances de receber um novo processo.

A corte não diz, no entanto, se algum dos cinco ministros da Segunda Turma, para onde Fachin foi transferido, estava ou não em vantagem nesse sentido. O STF também não explica se há outro critério que coloca um ou outro ministro em posição privilegiada.

A Folha enviou questionamentos à área de comunicação da corte, mas não teve resposta para a maior. O sistema de distribuição de processos passará por uma auditoria externa em julho.

03 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Discreto, novo relator é especialista em direito civil

Fachin foi nomeado em 2015 ao STF pela
ex-presidente Dilma Rousseff (PT)

Novo relator da Lava Jato votou a favor da prisão de réus a partir de condenação em segunda instância

O ministro Edson Fachin, que assumirá a relatoria dos processos da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), foi indicado para o cargo em abril de 2015 pela ex-presidente Dilma Rousseff.

É apontado pelos colegas como um magistrado moderado e discreto, perfil semelhante ao de Teori Zavascki, que era relator da Lava Jato e morreu num acidente aéreo.

Especialista em direito civil e de família e professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Fachin ocupou a vaga deixada em 2014 pelo ex-ministro Joaquim Barbosa.

Como advogado, trabalhou principalmente em casos de conflitos empresariais, sucessórios, ambientais, agrários e imobiliários.

Fachin era secretário-geral do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) quando o presidente José Sarney (PMDB) esvaziou o Plano Nacional de Reforma Agrária que o advogado ajudara a elaborar.

A nomeação de Fachin para o Supremo foi vista à época como um aceno do governo Dilma aos movimentos sociais.

Por indicação da CUT, entidade com a qual mantinha ligações, ele integrou a Comissão da Verdade do governo Beto Richa (PSDB), no Paraná.

Antes de ser nomeado ao STF, Fachin já havia sido cotado para o cargo de ministro, contando à época com a simpatia dos petistas Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo, ambos do Paraná e alvos da Lava Jato ou de seus desdobramentos.

DECISÕES RECENTES

Em dezembro passado, no julgamento de uma ação para afastar Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência do Senado, Fachin acompanhou o voto do relator, Marco Aurélio, a favor da saída do senador do cargo. Eles, porém, foram voto vencido — o plenário do Supremo decidiu, por 6 a 3, manter Renan na função.

No início de novembro, Fachin votou para que réus em ações penais no STF não possam ocupar cargos na linha sucessória da Presidência da República (como a presidência da Câmara e do Senado). O julgamento, porém, não foi concluído na ocasião porque Dias Toffoli pediu vista. Retomado nesta quarta (1º), foi novamente adiado por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

Fachin também foi relator do processo que transformou Renan Calheiros em réu no STF

pela primeira vez, sob acusação de peculato (desvio de recurso público), num caso que começou a ser investigado em 2007. O recebimento da denúncia foi julgado em plenário no início de dezembro.

O ministro acompanhou o voto de Teori quando o STF decidiu, em fevereiro de 2016, que a sentença penal em segunda instância encerra a análise dos fatos e provas, o que autoriza o início da execução da pena. Ou seja, a prisão antes da condenação definitiva (trânsito em julgado).

Em novembro, Fachin determinou a baixa dos autos para a primeira instância, com a execução das penas a que foram condenados o ex-senador Luiz Estevão e o corréu Fábio Monteiro de Barros por desvio de verbas na construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. A medida colocou um ponto final em caso emblemático do uso de recursos protelatórios para evitar o cumprimento de sentença.

CONTINUA

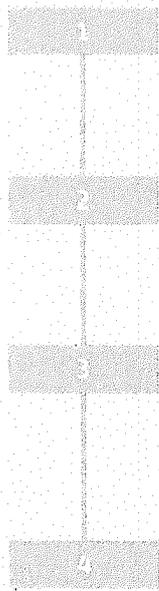
03 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AS TAREFAS DO NOVO RELATOR

Os primeiros passos de Fachin na Lava Jato

- 
- O ministro Edson Fachin vai herdar todos os processos da Lava Jato, que tem cerca de:
 - 40 inquéritos
 - 10 denúncias a serem recebidas
 - Fachin deve dar prioridade à análise dos pedidos urgentes já feitos relacionados a réus presos na Lava Jato, como:
 - ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)
 - Em paralelo, o ministro deve dar prioridade aos pedidos urgentes da Procuradoria-Geral da República na investigação, que incluem:
 - busca e apreensão e tomada de depoimentos de testemunhas
 - Há também ao menos dez denúncias oferecidas pela PGR e ainda não analisadas no STF

ELOGIO

Moro diz que escolhido atua de forma independente

DE CURITIBA- Em nota divulgada nesta quinta (2), o juiz federal Sergio Moro elogiou a confirmação do ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), como relator da Operação Lava Jato, e disse que o magistrado “tem se destacado pela atuação eficiente e independente”.

“Tomo a liberdade, diante do contexto e com humildade, de expressar que o ministro Edson Fachin é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente”, escreveu Moro.

Fachin construiu sua carreira no Paraná, e foi professor de Direito Civil na mesma universidade em que Moro leciona, a UFPR (Universidade Federal do Paraná.)

03 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Substituição de Teori no Supremo joga holofotes sobre 3 ministros do STJ

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O suspense em torno do substituto de Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal lançou na bolsa de apostas os ministros João Otávio de Noronha, Humberto Martins e Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Noronha foi nomeado ao STJ por Fernando Henrique Cardoso. Martins e Campbell, por Luiz Inácio Lula da Silva.

Campbell veio do Ministério Público e foi procurador-geral de Justiça do Amazonas. Noronha foi diretor jurídico do Banco do Brasil.

Martins foi subprocurador-geral do Estado de Alagoas e desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas. É amigo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Em 2015, Martins reuniu num final de semana em Maceió magistrados, advogados e políticos para uma homenagem a ele mesmo. O discurso de abertura coube ao governador de Alagoas, Renan Filho (PMDB), filho do também peemedebista senador Renan Calheiros.

O amazonense Campbell é o atual corregedor-geral da Justiça Federal, cargo já ocupado pelo alagoano Martins e pelo mineiro Noronha.

Atual corregedor nacional de Justiça, Noronha tem repetido que o principal papel da corregedoria é "blindar os juizes".

Tido como um juiz de temperamento conciliador, Noronha já trocou desaforos durante sessão da Corte com o então presidente do STJ, ministro Francisco Falcão. Nos julgamentos, é rigoroso com quem acusa.

No ano passado, Noronha convidou ministros do STJ para um jantar com a diretoria do Banco do Brasil, onde trabalhou durante 27 anos.

O banco, um dos maiores litigantes naquele tribunal, informou que era uma reunião de trabalho. Noronha disse que foi apenas um jantar de amigos.

Noronha e Martins têm filhos advogados atuando no STJ. Ambos votaram em processos de interesse dos clientes de seus filhos. Alegaram falhas no sistema do tribunal, que não os teria alertado para o impedimento.

Num debate sobre a proposta de proibição de leitura de memoriais por advogados, Noronha afirmou: "Essa Corte está repleta de meninos ou de pessoas que estão se arvorando advogados no Tribunal Superior, que chegam aqui e não sabem o que fazer, nem como se dirigir aos ministros da Casa, e começam a ler memorial sem pé nem cabeça".

No Conselho da Justiça Federal, Martins foi o relator, voto vencido (9 a 1), único a defender a abertura de processo disciplinar contra um ex-presidente da Ajufer (Associação dos Juizes Federais da 1ª Região) suspeito de envolvimento nos empréstimos irregulares da Fundação Habitacional do Exército.

Durante dez anos, foram usados contratos fictícios com dados cadastrais de juizes que desconheciam uma fraude que chegou a mais de R\$ 20 milhões.

CONTINUA

03 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO PERFIL DOS COTADOS

Ministros do STJ são apostas para vaga de Teori no Supremo



Nome:

João Otávio de Noronha

Formação:

Graduado em direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas

Por onde passou:

Foi diretor jurídico do Banco do Brasil e corregedor-geral da Justiça Federal. Hoje ocupa o cargo de corregedor nacional de Justiça e ministro do STJ



Nome:

Mauro Campbell

Formação:

Graduado em ciências jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett

Por onde passou:

Foi do Ministério Público e procurador-geral de Justiça do Amazonas. Atualmente é corregedor-geral da Justiça Federal e ministro do STJ



Nome:

Humberto Martins

Formação:

Graduado em direito pela Universidade Federal de Alagoas e em administração

Por onde passou:

Foi subprocurador-geral de Alagoas, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, corregedor-geral da Justiça Federal. É vice-presidente do STJ

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Novo relator da Lava Jato, Edson Fachin promete seguir ritmo célere de Moro

Escolhido por sorteio, ministro ocupa vaga de Teori na condução dos inquéritos do petrolão. Em nota, Moro diz que Fachin é jurista de “elevada qualidade”

*Kelli Kadanus e Fernando Martins,
com agências*

● O ministro Edson Fachin foi sorteado ontem como o novo relator da Operação Lava Jato pelo algoritmo do sistema de distribuição de processos do Supremo Tribunal Federal (STF). O sorteio foi feito de forma eletrônica entre os integrantes da Segunda Turma, responsável pelo julgamento dos processos do petrolão.

O magistrado, que construiu sua carreira no Paraná, ficará no comando das investigações dos 40 inquéritos e das três ações penais abertas hoje no tribunal. Essa tarefa era de Teori Zavascki, morto em um acidente de avião no último dia 19. Também caberá a Fachin abrir os inquéritos que surgirão com a delação dos 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht.

Com a escolha de Fachin — ex-professor da UFPR —, o futuro da Lava Jato passa a ficar nas mãos de dois magistrados ligados ao Paraná — o juiz Sergio Moro é o responsável pela condução da operação em primeira instância, quando não há o envolvimento de pessoas com prerrogativa de foro.

Ainda não é possível fazer uma estimativa sobre como deve ser a conduta de Fachin frente aos processos da Lava Jato. Nos únicos dois casos do petrolão que chegaram ao plenário da Suprema Corte, Fachin votou por aceitar um recurso dos investigados e negar outro. O então relator Teori teve o mesmo posicionamento.

Em nota, o ministro reconheceu a importância da nova missão e se comprometeu em “cumprir seu dever com prudência, celeridade, responsabilidade e transparência”, bem como, também, “homenagear o saudoso amigo e magistrado, o eminente Ministro Teori Zavascki, que muito honrou e sempre honrará esta Suprema Corte e a sociedade brasileira, exemplo de magistrado sereno, técnico, independente e imparcial”.

Os trabalhos de transição entre os gabinetes de Teori e Fachin começou imediatamente após a oficialização da escolha. O juiz Márcio Schiefler, que era o principal auxiliar de Teori na condução da Lava Jato, esteve no gabinete de Fachin para organizar a transição. Ainda não se sabe se o novo relator requisitará a volta de Schiefler, uma vez que o magistrado comunicou formalmente a presidência do STF que retornará ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

CONTINUA

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Repercussão positiva

A escolha de Fachin para relatoria da Lava Jato foi bem recebida pelo meio jurídico e político. Por meio de nota, Moro elogiou o ministro: “é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente”.

Falando em nome do Placentalto, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que achou “ótima” a escolha. “Toda a composição da Segunda Turma é absolutamente singular sob o ponto de vista da qualificação pessoal. Cair para qualquer um dos cinco, cairia muito bem. E com o Fachin, caiu muito bem”, comentou.

Colegas de Supremo, os ministros Marco Aurélio Mello e Ricardo Lewandowski também elogiaram Fachin e fizeram questão de ressaltar o caráter aleatório do sorteio que definiu o novo relator. “Escolha não! Sorteio”, enfatizou Marco Aurélio. “Excelente escolha, escolha do destino”, completou Lewandowski.

O deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) destacou que a definição por Fachin é positiva porque o nome dele “não se traduz em polêmica”. “Fachin é muito discreto e isso contribui para manter a credibilidade do que está sendo feito no Supremo”, disse.

CONTINUA

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VAGADE TEORI

Com a escolha do novo relator da Lava Jato, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que o presidente Michel Temer irá anunciar "em breve" o nome do substituto para a vaga de Teori Zavascki no Supremo. "Temer tem dito que procura um perfil o mais próximo possível do ministro Teori. Claro, igual é impossível, mas tão próximo quanto possível é o que ele está procurando", disse.

Fachin afirmou estar "tranquilo" em relação ao grande volume de trabalho que terá pela frente com a Lava Jato.



CONTINUA

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CURRÍCULO

Novato na Corte, Fachin se define como “paranaense” de criação

● O mais novato entre os ministros da Corte, Edson Fachin foi indicado ao STF pela presidente Dilma Rousseff (PT) em 2015 para ocupar a vaga deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou. Ele passou por uma dura sabatina no Senado e foi aprovado por 52 votos a 17 pelo plenário da Casa em maio de 2015. Fachin teve a votação mais apertada entre os cinco ministros indicados por Dilma para o STF, desde 2011. Com 58 anos de idade, o novo relator da Lava Jato nasceu no interior do Rio Grande do Sul. Aos dois anos mudou-se para o Paraná, onde construiu toda a carreira jurídica e tornou-se cidadão honorário de Curitiba. Costuma se definir como paranaense “por criação”. Apesar de ter sido escolhido para conduzir a Lava Jato, Fachin não é especialista em Direito Penal. O ministro é especializado nas áreas de Direito Civil e de Família.

Em 1980, graduou-se em Direito pela UFPR e fundou a Fachin Advogados Associados. Depois, fez mestrado e doutorado na PUC de São Paulo e pós-doutorado no Canadá. Foi professor visitante do King's College, da Inglaterra, e pesquisador convidado do Instituto Max Planck, da Alemanha. Em 1991, entrou para o quadro docente de Direito da UFPR. Nas últimas três décadas, também foi professor em outras oito instituições de ensino superior de todo país, incluindo a PUCPR e a Unicuritiba. Ao longo da carreira, recebeu 20 premiações ou títulos honorários. É autor de 145 artigos especializados e de 42 livros publicados ou organizados em edições.

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Como funciona um gabinete no STF

Cada ministro do Supremo conta com uma estrutura de até 30 funcionários para dar conta do trabalho

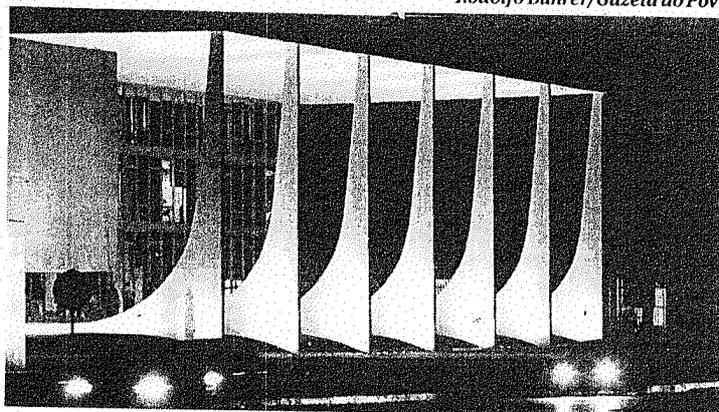
| *Euclides Lucas Garcia*

● Morto num acidente aéreo no dia 19 de janeiro, o ministro Teori Zavascki tinha em seu gabinete um acervo de 7.574 processos.

Diante de um estoque tão grande, seria humanamente impossível que ele — ou qualquer um dos dez colegas de Supremo Tribunal Federal (STF) — analisasse sozinho caso a caso.

Por isso, longe dos olhos da sociedade e das transmissões da TV Justiça, uma estrutura de 20 a 30 funcionários auxilia o trabalho de cada magistrado do tribunal.

Com exceção da Presidência da Corte, que funciona de forma distinta, o gabinete dos ministros é composto de um chefe de gabinete, oito assessores (formados em Direito) e dois assistentes judiciários (com formação superior). Além disso, ainda é possível contar com outros funcioná-



Prédio do STF, em Brasília: o volume de trabalho não é pequeno.

rios comissionados (de posição hierárquica inferior) e também efetivos, de acordo com limites impostos pelo próprio tribunal.

Desse quadro geral dentro de cada gabinete, os assessores jurídicos costumam ser aqueles que atuam mais diretamente com os ministros.

Além de atribuições mais burocráticas previstas no regimento interno do STF — como verificar a pauta de julgamentos e revisar a cópia dos votos e acórdãos —, eles podem “executar outros trabalhos compatíveis com suas atribuições, que forem determinados pelo ministro”.

É em relação a esse último ponto que está a maior parte das tarefas delegadas ao cor-

po de assessores.

O método de trabalho, porém, varia de acordo com cada magistrado. Alguns ministros preferem escrever os próprios votos, outros revisam os textos feitos pelos assessores.

Mais do que uma mera dinâmica interna de funcionamento, essa distribuição de trabalho se faz necessária diante dos números do Supremo. Entre 2007 e 2013, por exemplo, houve quase 397 mil decisões monocráticas na Corte.

Levando em conta o período de funcionamento do Judiciário ao longo do ano, isso significa que os ministros levaram menos de três minutos para decidir cada caso.

CONTINUA

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PARA ALÉM DA VAJATO

Veja alguns dos principais processos a cargo de Teori:

CALL CENTERS

Polêmica iniciada quando concessionárias de telefonia começaram a contratar empresas de call center, o que provocou ações trabalhistas questionando a validade da medida por envolver a atividade-fim das teles.

FERNANDO PIMENTEL

Um pedido de vistas de Teori interrompeu o julgamento a respeito da exigência de autorização prévia das assembleias legislativas para processar governadores por crimes comuns. Três ministros se posicionaram pela inconstitucionalidade da regra. Pimentel foi denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Acrônimo.

DRUGAS

Teori também pediu mais tempo para analisar o caso da descriminalização da posse de drogas para consumo pessoal. A discussão envolve a ofensa ou não ao princípio da intimidade previsto na Constituição.

IVO CASSOL

Outro pedido de vistas de Teori

envolve um recurso de Ivo Cassol pedindo redução de pena, de quase 5 anos em regime semiaberto. O parlamentar foi condenado em 2013 por fraude em licitações quando era prefeito de Rolim de Moura, no interior de Rondônia. Ele aguarda o julgamento em liberdade.

TELECOMUNICAÇÕES

Teori era relator da ação protocolada por 13 senadores da oposição a respeito da tramitação da nova Lei Geral das Telecomunicações, que não precisou passar pelo plenário da Casa. O texto prevê o repasse do patrimônio físico do governo (prédios, linhas, postes, etc.) às teles em troca de investimentos para expansão da banda larga. O valor envolvido varia de R\$ 20 bilhões – segundo a União – a R\$ 87 bilhões – na visão do Tribunal de Contas.

REMÉDIOS

Teori ainda pediu vistas na votação sobre a obrigatoriedade de o poder público fornecer gratuitamente medicamentos de alto custo para doenças raras não previstas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

GAZETA DO POVO

MÍRIAM LEITÃO

O juiz sorteado

O professor Luiz Edson Fachin dava aulas de Direito Civil na Universidade do Paraná. Era do tipo que não faltava, chegava na hora e dava prova objetiva. Um aluno que costumava anotar observações ao lado das respostas das provas foi surpreendido. Um dos colegas teve dúvidas sobre uma questão, e Fachin pediu ao aluno que anotava: “Leia a nota número 10 que você escreveu na sua última prova.”

O fato mostra um dos lados de Fachin: ele é detalhista. Capaz de lembrar até da anotação feita pelo aluno na margem de uma prova. Essa sua capacidade de prestar atenção a todos os detalhes será mais do que testada no enorme caso do qual ele passa agora a ser o juiz. Só os 77 delatores da Odebrecht deram 900 depoimentos. Fachin terá que tomar uma série de decisões que podem definir o destino da operação e da mais importante luta que o Brasil trava no momento.

Primeiro, ele terá que decidir se tira ou não o sigilo das delações da Odebrecht. Depois, precisa definir os desmembramentos, separando pessoas com prerrogativa de foro das que não têm essa prerrogativa. E, depois disso, escolher para onde vão os processos.

O que os fatos até agora mostraram é que nestes fatiamentos tudo pode acontecer: em Curitiba e no Rio, os processos andaram, mas em São Paulo, não. O caso Consist, que envolve a ex-ministra Gleisi Hoffmann, foi desmembrado para São Paulo e ficou praticamente parado. Não por alguma razão oculta, mas pela maneira como tem sido conduzido.

Fachin precisará, antes de tudo, de um tempo para se informar de todo esse imenso caso dos políticos envolvidos no escândalo de corrupção da Lava Jato e navegar no oceano de novidades que sairá das delações.

03 FEV 2017

Ao mesmo tempo, a sensação da sociedade é de que no STF tudo anda devagar demais em comparação com a primeira instância. O STF tem todas as suas outras atribuições e os tempos são naturalmente mais lentos, mas a dimensão que tomou o caso indica que o país precisa dar um passo. O importante seria aproveitar o momento para rediscutir o alcance e a natureza da prerrogativa de função. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, alertou certa vez que se o STF tivesse que julgar 300 pessoas com foro privilegiado levaria cinco anos só para isso. O novo relator poderá inclusive articular mudanças que atualizem o princípio da prerrogativa de foro. Isso tornaria o processo mais rápido e o seu trabalho mais eficiente.

O ministro Edson Fachin foi nomeado no meio da enorme polêmica causada pela divulgação de um vídeo em que, à maneira de um militante, pedia votos para a então candidata Dilma Rousseff e para o Partido dos Trabalhadores. Ao longo deste um ano e meio em que exerce as funções de ministro do Supremo Tribunal Federal, Fachin tomou decisões extremamente técnicas, por isso era a primeira opção dos que querem a manutenção da mesma orientação que vinha sendo seguida por Teori Zavascki.

Sua assessoria tem juízes definidos na categoria “garantistas”, e isso pode levar várias das suas decisões a serem mais a favor dos réus da Lava Jato, mas nada que levante as preocupações que a escolha de outros ministros poderia levantar. O ministro Celso de Mello tem reconhecida competência, mas se ele fosse o escolhido no sorteio poderia acontecer uma de duas coisas: ele não aceitar pelo volume de trabalho, ou ele aceitar e o processo perder velocidade. O ministro é considerado muito tradicional na administração do gabinete e por isso seus processos acabam sendo muito lentos.

CONTINUA

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os outros três da Segunda Turma — Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Gilmar Mendes — já demonstraram de forma mais ou menos explícita que discordam da maneira como a Lava Jato está sendo conduzida. De todos, o que mais se temia que fosse escolhido era Ricardo Lewandowski. Ao longo do julgamento do Mensalão, nos seus duelos com o ministro Joaquim Barbosa, deixou claro que se dependesse dele a Ação Penal 470 não teria levado à condenação dos réus.

Fachin assume a relatoria dos processos no momento em que o caso de combate à corrupção chega ao seu ponto crucial no STF. Essa é a hora em que a Lava Jato atinge a cúpula do poder executivo e do poder político e em que ela se espalha por vários partidos. O ministro relator terá que ficar atento a cada um dos milhões de detalhes dessa luta, apartidária, de modernização do Brasil.

Com Alvaro Gribel (De São Paulo)

03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO

BINGO!!!



03 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Moro condena João Santana a 8 anos e 4 meses de prisão

SÃO PAULO
Agência O Globo

Seis meses depois de serem libertados, o publicitário João Santana e a mulher dele, Mônica Moura, foram condenados pelo juiz Sergio Moro a oito anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro, em decorrência de terem recebido valores provenientes de propina da Petrobras. A condenação refere-se a depósitos feitos pelo delator Zwi Skornicki, representante do estaleiro Keppel Fels, numa conta do publicitário na Suíça, Shellbill Finance, não declarada ao Fisco no Brasil.

O valor teria sido recebido por serviços prestados em campanhas do PT. A pena, no entanto, só deverá ser cumprida em regime fechado a partir da confirmação da sentença em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4.^a Região.

Réus

Santana e Mônica ficaram presos preventivamente entre fevereiro e agosto do ano passado e foram liberados após pagar fiança de R\$ 2,7 milhões. Os dois são réus ainda em outra ação da Lava Jato, por receberem valores da Odebrecht.

Nesta ação, o casal foi absolvido da acusação de corrupção passiva. Na sentença, Moro ressaltou, no entanto, que Santana e Mônica tinham presentes riscos concretos de que os valores eram oriundos de corrupção, pelas circunstâncias da transação, pelos expedientes de ocultação e dissimulação e pelo exemplo do mensalão e fez referência ao que a Justiça classifica de "cegueira deliberada".

FIANÇA

O ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira deixou a prisão ontem após pagar uma fiança de R\$ 200 mil. Ele estava preso desde a deflagração da Operação Abismo, uma das fases da Lava Jato, em junho de 2016. A pedido da defesa, o valor da fiança caiu de R\$ 1 milhão para R\$ 200 mil por ordem da juíza substituta de Sergio Moro, Gabriela Hardt. O executivo não poderá sair do país e se compromete a comparecer a todos os atos do processo a que responde na 13.^a Vara Federal de Curitiba.

COLUNA DO LEITOR

Lava Jato 1

O ministro do STF Edson Fachin será o novo relator da Operação Lava Jato! Antes de ser ministro, suas ideias polêmicas fizeram com que os brasileiros ficassem temerosos por sua nomeação ao STF. Apoiava o MST, fez campanha para Dilma, deu declarações elogiosas a Lula, mesmo depois das denúncias de corrupção. Sempre se mostrou muito à esquerda. A única coisa que o abona é nunca ter feito declarações contra a Lava Jato. Portanto, não sabemos se dormiremos tranquilos ou se devermos voltar às ruas. A conferir...

Beatriz Campos

LAVAJATO 2

Além da enorme torcida do povo brasileiro, Teori Zavascki, lá de cima, deve ter dado uma mãozinha nesse sorteio que colocou Fachin no seu lugar de relator da Operação Lava Jato. Espero que o novo relator considere seriamente a possibilidade de pedir a volta do juiz auxiliar Márcio Fontes para suas antigas funções, já que ele estava na operação desde 2014, sendo considerado o braço-direito de Teori e um verdadeiro arquivo da Lava Jato.

Ronaldo Gomes Ferraz

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Novo relator da Lava Jato, Fachin promete 'prudência e celeridade'

Sorteado ontem como substituto
do ministro Teori Zavascki na
Segunda Turma do STF,
Edson Fachin vai conduzir a
megadelação da Odebrecht



*Edson Fachin iniciou ontem mesmo a transição
dos processos da Lava Jato com o gabinete do
antigo relator Teori Zavascki*

CONTINUA

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Leticia Casado
e Camila Mattoso
Folhapress

Brasília - O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado nessa quinta (2) como o novo relator da Lava Jato na corte. Ele vai assumir função que pertencia ao ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no último dia 19. Então relator da Lava Jato, Teori pautava na Segunda Turma os casos que chegavam ao Supremo relativos à operação, como, por exemplo, recebimento de denúncia contra senador ou deputado federal.

Em nota, Fachin disse que reconhece a importância dos novos encargos e "reitera seu compromisso de cumprir seu dever com prudência, celeridade, responsabilidade e transparência". O gabinete do ministro informou que já começou a fazer a transição dos processos da Operação Lava Jato com o gabinete do ministro Teori Zavascki, o antigo relator. O gabinete diz que os processos da Lava Jato foram redistribuídos "na forma regimental".

O texto afirma que Fachin "já iniciou os trabalhos para o fim de levar a efeito a transição entre gabinetes, e contará, nesses afazeres, com a contribuição indispensável da atual equipe".

A nota ainda elogia o trabalho do ministro Teori Zavascki, que "muito honrou e sempre honrará esta Suprema Corte e a sociedade brasileira", segundo Fachin.

O ministro também citou a presidente do STF, Cármen

Lúcia, "que vem conduzindo a corte de maneira exemplar e ativa, e com o sustentáculo dos colegas da Segunda Turma e dos demais integrantes desta Suprema corte".

O ministro já conversou com os juízes que trabalham no gabinete de Teori Zavascki, incluindo Marcio Schiefler, que pediu desligamento do STF nesta semana. Logo após a divulgação da nota, o ministro conversou rapidamente com jornalistas ao sair para o intervalo da sessão plenária do STF. Disse estar "tranquilo" com a relatoria.

DELAÇÃO DA ODEBRECHT

Caberá ao novo relator, por exemplo, conduzir agora a delação de 77 executivos da Odebrecht, homologada pela presidente Cármen Lúcia na segunda-feira (30).

A escolha transformou-se em uma das principais discussões dentro do STF depois da morte de Teori. Dentre as opções debatidas, com base no regimento, a presidente Cármen Lúcia optou pela menos polêmica, o sorteio na turma onde Teori atuava.

A presidente considerou a interpretação do regimento do STF que determina a prevenção da Turma: ou seja, como a Lava Jato já estava sendo julgada na Segunda Turma, os processos teriam que continuar sendo analisados por aquele grupo de ministros.

O sorteio, realizado na manhã dessa quinta-feira (2) em um sistema eletrônico do STF, foi feito entre os ministros que compõem a Segunda Turma da corte. Fachin, que pertencia à Primeira Turma,

foi transferido para o novo colegiado também nesta manhã. O STF informou que o sorteio é aleatório.

Além de Fachin, participaram do sorteio Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. Cada ministro tinha cerca de 20% de chances de ser sorteado como relator - o número não é exato porque há variáveis que determinam as chances de um ministro ser sorteado. Técnicos do Supremo garantem que essas variáveis são mínimas e que todos têm praticamente as mesmas chances no sorteio. O STF também garante a lisura do sorteio.

Ficaram de fora Marco Aurélio Mello, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber, além da presidente Cármen Lúcia.

Como juiz do processo, o relator toma decisões importantes, entre elas mandar prender uma pessoa, arquivar uma investigação ou decidir se a Polícia Federal deve cumprir mandados de busca e apreensão em um endereço, por exemplo.

É ele quem define, inicialmente, se o acusado é condenado ou absolvido.

RELATORIA

A relatoria foi sorteada em um dos inquéritos contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Na manhã de ontem, o STF oficializou a mudança de Fachin da Primeira para a Segunda Turma. Depois disso, ele foi incluído no sorteio da relatoria da Lava Jato. O nome de Fachin começou a ser ventilado nos bastidores do Supremo logo após a morte do ministro Teori Zavascki. A estratégia da transferência de turma foi costurada entre a presidente Cármen Lúcia e os ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello, além do próprio Fachin, o que irritou alguns ministros, apurou a reportagem. **CONTINUA**

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Indicado por Dilma, novo relator tem perfil discreto

Brasília - Mais novo integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin, que assumirá a relatoria dos processos da Operação Lava Jato, foi indicado para o cargo em abril de 2015 pela ex-presidente Dilma Rousseff.

É apontado pelos colegas como um magistrado moderado e discreto, perfil semelhante ao de Teori Zavascki, que era o relator da Lava Jato. Teori morreu num acidente aéreo no dia 19 em Paraty (RJ). Especialista em direito civil e de família e professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Fachin ocupou a vaga deixada em 2014 pelo ex-ministro Joaquim Barbosa. Anteriormente, em 2011 e 2013, Fachin já havia sido cotado para o STF, contando à época com a simpatia dos petistas Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo, ambos do Paraná e alvos da Lava Jato ou de seus desdobramentos.

Sócio fundador da banca Fachin Advogados Associa-

dos, o ministro graduou-se em direito pela UFPR e tem mestrado e doutorado em direito pela PUC de São Paulo. Fez pós-doutorado no Canadá, foi pesquisador convidado do Instituto Max Planck, na Alemanha, e professor visitante do King's College, na Inglaterra.

A nomeação de Fachin para o Supremo foi vista à época como um aceno do governo Dilma aos movimentos sociais. Por indicação da CUT, entidade com a qual mantinha ligações históricas, ele integrou a Comissão da Verdade do governo Beto Richa (PSDB), no Paraná, até assumir a cadeira no STF.

DECISÕES RECENTES

Em dezembro passado, no julgamento de uma ação para afastar Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência do Senado, Fachin acompanhou o voto do relator, Marco Aurélio, a favor da saída do senador do cargo. Eles, porém, foram voto vencido -o plenário do Supremo decidiu, por 6 a 3,

manter Renan na função.

No início de novembro, Fachin votou para que réus em ações penais no STF não possam ocupar cargos na linha sucessória da Presidência da República (como a presidência da Câmara e do Senado). O julgamento, porém, não foi concluído e está pendente: porque Dias Toffoli pediu vista.

Fachin também foi relator do processo que transformou Renan Calheiros em réu no STF pela primeira vez, sob acusação de peculato (desvio de recurso público), num caso que começou a ser investigado em 2007. O recebimento da denúncia foi julgado em plenário no início de dezembro.

Oito ministros votaram pelo recebimento parcial da denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República, e três, pela rejeição total (Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski). Renan também é alvo de inquéritos na Lava Jato. (Folhapress)

CONTINUA

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Moro destaca 'atuação eficiente' de Edson Fachin

Curitiba - Em nota divulgada nessa quinta (2), o juiz federal Sérgio Moro elogiou a escolha do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, como relator da Operação Lava Jato no STF, e disse que o magistrado "tem se destacado pela atuação eficiente e independente". "Tomo a liberdade, diante do contexto e com humildade, de expressar que o ministro Edson Fachin é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente", escreveu Moro, titular da 13ª Vara Federal em Curitiba responsável pelas ações da Lava Jato em primeira instância. Fachin, que se tornou ministro do STF em 2015, construiu sua carreira no Paraná e foi professor de Direito Civil na mesma universidade em que Moro leciona, a Universidade Federal do Paraná. Ele irá assumir o posto deixado pelo ministro Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo no final de janeiro. Caberá ao novo relator, por exemplo, conduzir a delação de 77 executivos da Odebrecht, homologada pela presidente da Corte, Cármen Lúcia, na segunda-feira (30). (Estelita Hass Carazzai/Folhapress)

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Paraná em evidência

Nos últimos acontecimentos políticos de relevância, o Paraná esteve na crista da onda: no mensalão com a atuação do procurador da República, Antonio Fernando de Sousa, cuja formação jurídica aqui desenvolveu, e na atuação dos deputados federais Osmar Serraglio e Gustavo Fruet, embora tivéssemos muita gente da terra no polo oposto do processo, como ocorre também nos desdobramentos do petrolão. Agora, além do juiz Sérgio Moro e de toda a força-tarefa de policiais e procuradores da terra da Lava-Jato, temos agora como figura-chave da relatoria dos procedimentos o ministro Luiz Edson Fachin do STF, designado anteontem via sorteio eletrônico.

Havia muita expectativa em torno dessa função missionária, sujeita hoje no país, dada a permeabilidade dos eventos, a todo o tipo de especulação. Engajadíssimos membros do Ministério Público olhavam o sorteio como uma loteria, ainda que deixassem exposta a opinião de que prefeririam contar justamente com Fachin para dar a mesma linha de continuidade do ministro Teori Zavascki.

Aposta-se justamente no equilíbrio e imparcialidade do mais novo ministro, lastreada numa cultura aprimorada como jurista e professor, dada a delicadeza do processo que pode colocar o país numa nova era de ganho civilizatório tirando da nossa identificação a marca trágica de séculos de impunidade e corrupção. Joga-se muito mais do que o destino majoritário da classe política, boa parte dela habituada aos rituais da propina e enquadrada nas delações não só da Odebrecht como também das demais empreiteiras nos cartéis das obras públicas, e há uma sensação de ruptura e de um novo tempo, cujo andamento a todos compromete.

Dos eventos nacionais, apenas a glória do Cerco da Lapa, que impediu a marcha da Revolução Federalista, tinha o dado forte de nossa participação na guerra civil e hoje essa presença é ressaltada nos acontecimentos políticos que marcam os nossos dias.

Mais condenações

E a rotina da Lava Jato segue seu curso com as condenações ontem do marqueteiro João Santana e da esposa Mônica Moura a 8 anos de prisão e a do tesoureiro João Vaccari a 10 anos e também alvo de outros processos. A ex-presidente da República Dilma Rousseff dará testemunho de defesa de Marcelo Odebrechet em março.

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

03 FEV 2017

Novo ministro precisa ter 'musculatura política'

O presidente Michel Temer poderá anunciar a qualquer momento, a partir desta sexta-feira (3), o nome do seu indicado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal, após a Corte apontar o novo relator da Operação Lava Jato. A vaga foi aberta pela morte do ministro Teori Zavascki. Ministros próximos a Temer acham que o escolhido terá reconhecida qualificação técnica e "musculatura" política.

Finalistas

Entre os nomes mais citados para ministro do STF há até "finalistas", ou sejam, aqueles que cresceram na disputa.

Favoritos 1

São fortes para o STF Alexandre de Moraes, ministro da Justiça, e Ives Gandra Filho, presidente do TST, que tem forte apoio no próprio STF.

Favoritos 2

Outros nomes que despontaram, na reta final para o STF, são os ministros João Otávio de Noronha (STJ) e Bruno Dantas (TCU).

Fora da Lava Jato

O novo ministro não atuará na Lava Jato, no plenário do STF, a menos que os presidentes da Câmara ou do Senado figurem entre acusados.

Sorteio de Fachin foi limpo e até aberto ao público

Virou piada nas redes sociais o sorteio do ministro Luiz Fachin como o novo relator da Lava Jato, em lugar do falecido Teori Zavascki. O sorteio pareceu estranho, mas foi limpo e público. Vários advogados o assistiram. Pelas regras, Fachin entrou no sorteio com peso maior que os demais integrantes da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal porque, com menos tempo no STF, tinha menos processos a examinar.

Acervo menor, peso maior

Fachin foi para o sorteio com peso maior porque acumula número de processo inferior aos demais membros da Segunda Turma.

Chances nem maiores

Fachin tinha cerca 23% de chance de ser sorteado, contra 17% de cada um dos demais ministros da Segunda Turma.

MILITÃO

Já havia votado contra

Um advogado lembrava a um outro, ontem, no Café Via Bosque, da Zeli, o seguinte: o novo relator da lava Jato, por sorteio, será mesmo Luiz Edson Fachin, que é curitibano. Pois ele herdará um processo polêmico: se é constitucional criminalizar o porte de drogas para consumo próprio. E tomem nota: ele já havia votado a favor, bem como os ministros Gilmar Mendes e Luiz Roberto Pedroso. O falecido Teori havia pedido vistas no segundo semestre do ano passado. E o processo parou por aí.

03 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Crise prisional

A situação caótica nas penitenciárias brasileira não é de hoje, mas de décadas. Isto em todo o Brasil devido à falta de políticas públicas e de inteligência para a implantação de casas prisionais de segurança eficaz e com pessoal capacitado para administrá-las. Se hoje existem facções que tomaram conta dos presídios, se deve à incompetência de governos estaduais. Por outro lado, o que vemos nas cadeias são aprisionados em péssimas condições. No Brasil, ainda se vale, infelizmente, dizer que rico não vai para cadeia, talvez seja um dos tantos motivos destas cadeias estarem abandonadas, sem estrutura, e também porque aprisionado não vota. Se as urnas chegassem nas cadeias públicas, os políticos e governantes com certeza tratariam estes problemas de superlotação, falta de pessoal, estrutura e condições lastimáveis com muito mais seriedade. A Justiça, por outro lado, deveria também fazer um mutirão da situação jurídica, civil e criminal de cada preso em todas penitenciárias do país. Tem preso que quer mudar de vida, voltar a ser um cidadão do bem, mas nestas condições em que lá está é algo muito difícil, pois acaba sendo aliciado pelas milícias e facções a se tornar integrante delas. Num país de situação conturbada e que está atento aos preceitos de segurança prisional, deve sim treinar as Forças Armadas para realizar inspeções nos presídios. As administrações prisionais dos governos dos Estados, e aqui no Paraná não é diferente, já provaram ser pouco eficientes, sem planejamento e sem um olhar de gestor responsável e de inteligência política e social.

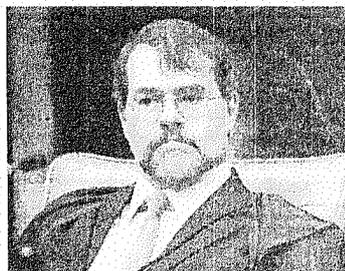
CÉLIO BORBA (aposentado) – Curitiba

03 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Toffoli debaterá eleições e democracia em Curitiba



Carlos Veloso e Dias Toffoli e Marcelo Ribeiro, do IPRADE

A OAB Paraná e a Uninter realizam no dia 6, segunda-feira, o seminário "Eleições e Democracia". O tema será debatido pelo ministro Dias Toffoli, pelos desembargadores Adalberto Xisto e Luiz Fernando Keppen, e pelo advogado Marcelo Ribeiro, representando o Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE).

O evento será realizado na sede da OAB Paraná (Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú), a partir das 9h. As inscrições serão abertas no site da OAB. O investimento é

de R\$ 20. No dia do evento, os participantes deverão trazer um quilo de alimento não perecível para doação.

APRENDENDO NO STF

O ministro Toffoli, cujos conhecimentos jurídicos são muitas vezes colocados na linha dos "sofríveis" por áreas acadêmicas, é sempre citado por suas antigas ligações com o PT e como alguém indicado do partido para o STF.

No último "Painel", programa da

GloboNews – para mim, o mais inteligente da TV brasileira –, o ex-presidente do STF Carlos Velloso tentou enaltecer a figura de Toffoli: disse que ele Toffoli estava seriamente empenhado em conhecer os meandros das leis e os caminhos do judiciário. Foi quando o prof. Faria, de Direito da USP, outro convidado de William Waack naquele "Painel", saiu-se direto, mortífero:

- O Supremo não é lugar para ministro aprender...

TEORI ZAVASCKI NÃO DEVERIA TER EMBARCADO

Agora que a comoção geral abrandou, é possível dizer: Teori Zavascki não poderia jamais embarcar no avião de um empresário. Nenhum juiz pode. A regra não está na lei. Está na ética. Ainda que nada pesasse contra o ministro do STF – nenhuma suspeição, nenhuma denúncia – e sua conduta na Lava Jata fosse considerada irretratável, juiz, em hipótese alguma deve imiscuir-se com empresários, deputados, senadores, governadores, bancas de advogados. A não ser em eventos oficiais. E do cargo, é da justiça, é da conduta ídada exigida. É assim em qualquer democracia no mundo.

03 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Fachin diz que vai julgar Lava Jato com celeridade

Ministro foi sorteado para substituir Teori na relatoria

O ministro Edson Fachin declarou ontem (2), por meio de nota à imprensa, que vai cumprir seu dever com “prudência, celeridade, responsabilidade e transparência”. Mais cedo, Fachin foi sorteado para relatar os processos da Operação Lava Jato, que estavam sob o comando do ministro Teori Zavascki, morto em um acidente de avião no dia 19 de janeiro, em Paraty (RJ).

No comunicado, Fachin também informou que já iniciou os trabalhos de transição com a equipe que trabalhava com o ministro Teori. “O ministro relator, especialmente para fins de recursos humanos, técnicos e de infraestrutura necessários, conta com o esteio da digníssima Presidente, ministra Cármen Lúcia, que vem conduzindo a Corte de maneira exemplar e ativa, e com o sustentáculo dos colegas da Segunda Turma e dos demais integrantes desta Suprema Corte”, diz. ●



Fachin é o ministro mais recente do Supremo



JORNAL DO ÔNIBUS

Moro aprova escolha de Fachin

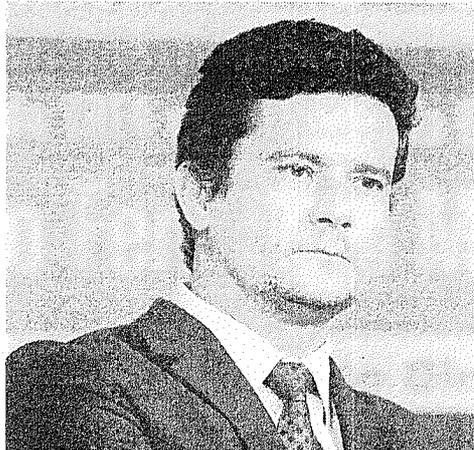
03 FEV 2017

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato, emitiu nota elogiando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que foi sorteado nesta quinta como novo relator dos casos da Lava Jato.

“Diante do sorteio do eminente Ministro Edson Fachin como Relator dos processos no Supremo Tribunal Federal da assim

chamada Operação Lava Jato e diante de solicitações da imprensa para manifestação, tomo a liberdade, diante do contexto e com humildade, de expressar que o Ministro Edson Fachin é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente”, diz a nota. ●

Agência Brasil



● Moro divulgou uma nota de apoio a Fachin

Ex-marqueteiro do PT é condenado a oito anos

O juiz federal Sérgio Moro condenou nesta quinta-feira (2) o ex-marqueteiro do PT João Santana (foto) a oito anos e quatro meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato. Pelo mesmo crime e com a mesma pena, Moro condenou a publicitária Mônica Moura, mulher de Santana. Os dois foram absolvidos do crime de corrupção.

De acordo com a sentença para Mônica Moura e João Santana, “a lavagem de dinheiro envolveu especial sofisticação, com a constituição de off-shore no exterior, a utilização dela para abertura de pelo menos uma conta secreta no exterior e o recebimento e a ocultação nela do produto da corrupção. Foi ainda celebrado contrato simulado para conferir aparência lícita aos valores recebidos”. ●

Moro ouve Dilma

Na retomada das audiências, o juiz Sérgio Moro agendou depoimentos no processo em que figuram como réus o ex-ministro Antonio Palocci, o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o publicitário João Santana. Entra as testemunhas arroladas por Odebrecht está a ex-presidente da República Dilma Rousseff, cujo depoimento foi marcado para o dia 24 de março.

Presidente preso

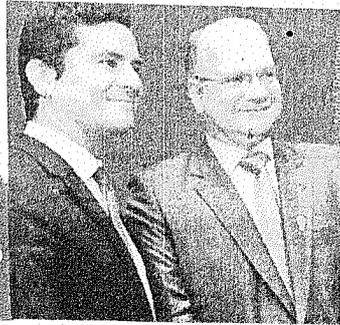
A Justiça decretou prisão temporária por 30 dias do presidente da Câmara de Vereadores Piên, na Região Metropolitana de Curitiba. Leonides Maahs (PR) é suspeito de envolvimento da morte do prefeito eleito de Piên, Loir Dreveck (PMDB). O crime foi em dezembro de 2016. O prefeito eleito foi baleado por um motociclista enquanto viajava com a família para Santa Catarina.

03 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

LAVA JATO
É 100%
REPÚBLICA
DE CURITIBA

Edson Fachin fará
dobradinha com
Sérgio Moro. Ministro
vai relatar o processo
no STF.



O ESCOLHIDO

Apesar da origem gaúcha, ministro Edson Fachin construiu a carreira profissional em Curitiba

Da Redação com agências

Colegas por nove anos como professores de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vão agora atuar na linha de frente da Lava Jato. Ao juiz federal Sérgio Moro, nascido em Maringá, no Norte do Estado, junta-se o ministro Luiz Edson Fachin, sorteado ontem como novo relator da operação no Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar da origem gaúcha - Fachin nasceu em Rondinha, no interior do Rio Grande do Sul -, foi em Curitiba que ele construiu sua carreira. Formou-se em Direito pela UFPR e abriu seu escritório de advocacia em Curitiba. Também foi procurador do Estado do Paraná e dava aulas na universidade até ser indicado ao cargo pela ex-



Fachin foi elogiado por vários colegas.

-presidente Dilma Rousseff.

Em nota divulgada por seu gabinete, Fachin prometeu conduzir o caso com "prudência, celeridade, responsabilidade e transparência". O ministro afirma que essa será uma forma de homenagear o "saudosos amigo e magistrado" Teori Zavascki, antigo relator das investigações sobre a Petrobras e morto em um desastre aéreo no último dia 19. Os trabalhos

de transição entre o antigo gabinete de Teori e o de Fachin já começaram. Apesar de já ter pedido para deixar o STF, o juiz Marcio Shiefler, braço direito de Teori, ainda circula pelo Tribunal ajudando nesse processo.

Fachin diz possuir "confiança inabalável" de que o STF irá "realizar a Justiça com independência e imparcialidade", cumprindo a Constituição, leis penais e os prazos devidos. Além de herdar as 77 delações de executivos da Odebrecht, Fachin será responsável por todos os inquéritos e denúncias já em curso contra políticos supostamente envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras.

Só ELOGIOS

Em nota, Moro declarou que Fachin "é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente". Para o ministro Ricardo Lewandowski, "foi uma excelente escolha, uma escolha do destino". Na avaliação do ministro Marco Aurélio Mello, a relatoria da Lava Jato está "em boas mãos". "Eu tenho certeza que o ministro Fachin tocará como vinha tocando o ministro Teori Zavascki".

03 FEV 2017

BEMPARANÁ

Piên

Justiça decreta prisão temporária de vereadores

O juiz da cidade de Rio Negro Rodrigo Morillos determinou a prisão temporária por 30 dias do presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Piên. Ele é suspeito de encomendar a morte do prefeito eleito da cidade Loir Dreveck (PMDB), de 52 anos, assassinado no dia 17 de dezembro de 2016, antes de tomar posse no cargo. As informações são da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Ele foi preso em flagrante na terça-feira durante uma operação do COPE (Centro de Operações Policiais Especiais). Inicialmente, os policiais iriam cumprir o mandado de condução coercitiva, mas ele acabou autuado em flagrante por posse ilegal de munição. A prisão temporária dele foi pedida pelo delegado do COPE, Marcelo Magalhães, que conduz a investigação sobre a morte de Dreveck, depois que o presidente do legislativo foi citado em depoimento de um outro preso.

Décimo-terceiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional o pagamento de abono de férias e 13º salário a prefeitos e vice-prefeitos. O julgamento – que havia sido suspenso após pedido de vista em maio de 2016 – ocorreu nesta quarta-feira, 1º de fevereiro. Venceu por maioria o voto proposto pelo ministro Luís Roberto Barroso, que divergiu parcialmente do relator, ministro Marco Aurélio. A decisão foi tomada em julgamento de recurso da prefeitura de Alecrim (RS) contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que julgou inconstitucional lei municipal que previa o pagamento de verba de representação, terço de férias e 13º aos ocupantes do Executivo local.

Justiça

Ex-tesoureiro do PT é solto com fiança de R\$ 200 mil

O juiz Sérgio Moro mandou soltar o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira. Alvo da Operação Abismo, 31º desdobramento da Lava Jato que investiga propinas em obras do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobrás (Cempes), Ferreira estava preso desde 23 de junho do ano passado. Em dezembro, Moro estipulou fiança de R\$ 1 milhão para soltar o ex-tesoureiro, mas a defesa alegou que ele não dispõe dessa quantia.

Em janeiro, a juíza Gabriela Hardt, substituta de Moro em férias, reduziu a fiança para R\$ 200 mil, valor também não alcançado por Ferreira - seus advogados depositaram R\$ 164,9 mil e ofertaram ainda um Citroën C4 Pallas 2.0.

Ontem, Moro confirmou o valor a ser recolhido e mandou soltar o ex-tesoureiro. A quantia remanescente deverá ser depositada em 45 dias. "Concedendo ao acusado o benefício da dúvida, pois é possível que tenha gasto o valor que lhe teria sido repassado com consumo ou em outras finalidades, é o caso de liberá-lo desde logo", decidiu Moro. O juiz destacou que "é um tanto discutível" a alegação de que ele não teria o dinheiro.

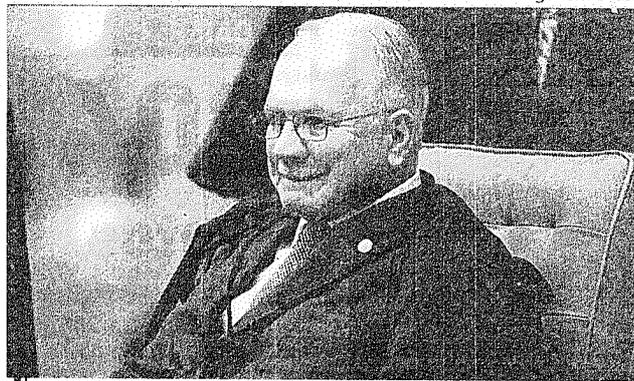
BEMPARANÁ 03 FEV 2017

Fachin é o novo relator da Lava Jato no STF

Ministro que construiu carreira no PR promete atuar com "celeridade e transparência"

Sorteado como novo relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal ontem, o ministro Luiz Edson Fachin só chegou à 2ª Turma da Corte e, portanto, entrou na lista da distribuição do caso, na quarta-feira. Fachin fazia parte da 1ª Turma do STF, mas pediu para migrar para o outro colegiado após a morte de Teori Zavascki. É, portanto, o "novato" no grupo e também em todo o Tribunal. O ministro é hoje considerado um nome de consenso internamente para herdar a Lava Jato, pois é tido como um magistrado discreto. Nascido no interior do Rio Grande do Sul, Fachin vive no Paraná desde a infância, e fez carreira jurídica em Curitiba, onde formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná e dá aulas desde 1991.

Em nota divulgada ontem, ele disse que vai cumprir seu dever com "prudência, celeridade, responsabilidade e transparência". "O ministro



José Cruz/ Agência Brasil

Fachin: professor da UFPR foi escolhido por sorteio

Edson Fachin, a quem, na forma regimental, foram redistribuídos nesta data os processos vinculados à denominada Operação Lava Jato, reconhece a importância dos novos encargos e reitera seu compromisso de cumprir seu dever com prudência, celeridade, responsabilidade e transparência", diz a nota.

No comunicado, Fachin também informou que já iniciou os trabalhos de transição com a equipe que trabalhava com o ministro Teori. "O mi-

nistro relator, especialmente para fins de recursos humanos, técnicos e de infraestrutura necessários, conta com o esteio da digníssima Presidente, ministra Cármen Lúcia, que vem conduzindo a Corte de maneira exemplar e altiva, e com o sustentáculo dos colegas da Segunda Turma e dos demais integrantes desta Suprema Corte", diz.

Antes de Fachin ser indicado ao Supremo, no entanto, os ministros da Corte fizeram uma articulação interna

para evitar que o último ministro nomeado por Dilma Rousseff assumisse uma cadeira na Turma da Lava Jato. Há menos de dois anos, em março de 2015, Dias Toffoli migrou da 1ª para a 2ª Turma para que o novo indicado à Corte não ficasse com o ônus de julgar a Lava Jato. O indicado foi Fachin. Agora, o gesto de Fachin foi visto como uma gentileza ao futuro indicado à Corte.

Proximidade - No Tribunal, Fachin era um dos mais próximos a Teori Zavascki e não escondeu emoção no enterro do colega, morto em um acidente Aero há duas semanas. O nome dele foi cotado para o STF já na época do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas só foi consolidado na última indicação de Dilma.

Em meio a turbulências políticas no governo da petista, Fachin enfrentou dura resistência no Senado e uma longa sabatina.

ELOGIO

Moro destaca independência de escolhido

O juiz federal Sérgio Moro divulgou nota ontem, elogiando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin, novo relator das investigações da Lava Jato na Corte. "Tomo a liberdade, diante do contexto e com humildade, de expressar que o Ministro Edson Fachin é um jurista de elevada qualidade e, como magistrado, tem se destacado por sua atuação eficiente e independente", assinalou o juiz da Lava Jato em Curitiba.